



Número: **0806836-58.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **21/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO (AUTOR)		ALYSON COLT LEITE SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53672887	21/02/2020 18:06	Petição Inicial	Petição Inicial
53672888	21/02/2020 18:06	PETIÇÃO INICIAL	Documento de Comprovação
53672889	21/02/2020 18:06	DOC. 01 - PROCURAÇÃO E COMP.DE RESIDENCIA	Documento de Comprovação
53672890	21/02/2020 18:06	DOC. 02 - BOLETIM DE OCORRENCIA	Documento de Comprovação
53672891	21/02/2020 18:06	DOC. 03- DECLARAÇÃO DO SAMU	Documento de Comprovação
53672892	21/02/2020 18:06	DOC. 05 - RAIOS X	Documento de Comprovação
53672893	21/02/2020 18:06	DOC. 06- LAUDOS MÉDICOS	Documento de Comprovação
53672894	21/02/2020 18:06	DOC. 07 - CNH	Documento de Comprovação
53672895	21/02/2020 18:06	DOC. 08 - CARTA SEGURO DPVAT	Documento de Comprovação

SEGUE EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UM DAS VARAS
CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN, OU A QUEM COUBER POR
DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

ANTÔNIO BENEDITO LOPES PINTO, brasileiro, união
estável, garçom, portador da cédula de identidade RG nº 1.505180 SSP/RN, inscrito no CPF
sob o nº 876.497.994-68, residente e domiciliado na Av Votuporanga, 850, Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-430, sem endereço eletrônico, por intermédio de seu advogado e
bastante procurador “*in fine*” assinado, com escritório profissional localizado no endereço
constante do rodapé da presente, onde indica para receber as citações e intimações de estilo,
assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de
Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

1. PRELIMINARMENTE: DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles
que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento
próprio e de sua família nos temor da **Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950**, nos seus
artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º. Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária
gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este
benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas
processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com

(84) 3231-4612
98701-2535



2. DOS FATOS

No dia **25 DE OUTUBRO DE 2019**, ocorreu um acidente de trânsito (colisão caminhão com moto) que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, fatos estes, devidamente comprovados no teor do **Boletim de Ocorrência da Polícia Militar-BOAT** (doc. 02), **Boletim de Atendimento de Urgência do Hospital** (doc. 03), **todos em anexos**.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade do Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca tiveram reajuste.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial**, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia 29/12/2006.

3. DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com

(84) 3231-4612
98701-2535



ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

3.1. PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290
alysoncolt@live.com
(84) 3231-4612
98701-2535



Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 373, I do Código de Processo Civil/2015, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar). **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II do CPC/2015, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, os tribunais, entendem, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS. APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA. Número do Protocolo: 69727/2008. Data de Julgamento: 8-9-2008. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com

(84) 3231-4612
98701-2535



DE CARÁTER PERMANENTE – COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - **GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE** - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “*o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente*”. *Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.*

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

3.2. DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290
alysoncolt@live.com
(84) 3231-4612
98701-2535



Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (**TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO**).

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da **correção monetária**, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988) , ao asseverar que:

“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com

(84) 3231-4612
98701-2535



100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnoldo Wald (WALD, Arnoldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.-dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, consequentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com

(84) 3231-4612
98701-2535



protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUZIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.

2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.

3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDF, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J.J. Costa Carvalho, julgado em 2011).

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com

(84) 3231-4612
98701-2535



Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com **JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em **até R\$ 13.500,00**, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção).

4. DO PEDIDO

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) **A concessão da justiça gratuita**, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de **citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação**, nos termos dos Arts. 246, inciso I e 247, do CPC/2015, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com

(84) 3231-4612
98701-2535



da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

e) Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, **reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em **até R\$ 13.500,00**, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), **apenas** para fins de alçada.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Natal/RN, 13 de dezembro de 2019.

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com


(84) 3231-4612
98701-2535



ALYSON COLT LEITE SILVA
Advogado - OAB/RN 15.501

Escritório¹: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova
Natal/RN, CEP 59.062-500
Escritório²: Av. Rio Doce, nº 2891, Bairro Santarém,
Natal/RN, CEP 59.129-290

alysoncolt@live.com

(84) 3231-4612
 98701-2535



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: ANTÔNIO BENEDITO LOPES PINTO, brasileiro, união estável, garçom, portador do RG nº 1.505.180, e do CPF nº 876.497.994-68, residente e domiciliado na Av. Votuporanga, 850, Santarém, Natal/RN, CEP 59.129-430, tel. (84) 98785.5458 / 98834.5722 (Debora)

OUTORGADO: ALYSON COLT LEITE SILVA, brasileiro, solteiro, portador da OAB/RN 15.501, com endereço profissional à Rua Taubaté, nº 12, Potengi, Conjunto Santarém, Natal/RN, CEP: 59.129-290.

PODERES: confere amplos poderes para o foro em geral, com as cláusulas "ad judicium et extra" e "ad negotia", em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, Órgãos Administrativos Municipal, Estadual ou Federal, Autarquias Municipais, Estaduais ou Federais, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras até final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, inclusive, poderes para representá-lo em audiência de tentativa de conciliação ou de instrução e julgamento, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais, confessar, transigir, dar recibos, quitar dívidas, providenciar transferências de qualquer natureza, dando tudo por bom firme e valioso.

CONTRATO DE HONORÁRIOS

Cláusula 1ª. Fica acordado entre as partes que os honorários a título de prestação de serviços serão pagos da seguinte forma:

- a) o percentual de 30% sobre todo e qualquer benefício financeiro recebido pelo(a) Autor(a) decorrente desta causa, incluindo danos materiais, morais, multas, etc.;
- b) as partes contratantes têm o direito de proceder à retenção de seus honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais perante a Vara Competente, quando da expedição de alvará judicial para pagamento do objeto oriundo deste contrato de prestação de serviço; como também, se for o caso, receber e sacar o alvará judicial perante a Vara e a Instituição bancária competente, visando o recebimento de todo e qualquer valor em nome do CONTRATANTE;
- c) em caso de necessidade de pagamento das demais custas e emolumentos judiciais será de responsabilidade do(a) CONTRATANTE;

Cláusula 2ª. Em caso de revogação e/ou substabelecimento de mandato sem culpa dos CONTRATADOS, os honorários advocatícios contratuais continuaram a ser devidos nos prazos, valores e tempo acordados.

Cláusula 3ª. Os honorários de sucumbência pertencem aos CONTRATADOS.
Parágrafo único. Caso haja morte ou incapacidade civil dos CONTRATADOS, seus sucessores ou representante legal receberão os honorários na proporção do trabalho realizado.

Cláusula 4ª. Havendo acordo entre o(a) CONTRATANTE e a parte contrária, não prejudicará o recebimento dos honorários contratados e da sucumbência, caso em que os honorários iniciais e finais serão pagos aos CONTRATADOS.

Natal/RN, 05 de dezembro de 2019.


OUTORGANTE

Escritório: Rua Jaguarari, nº 2523, Bairro Lagoa Nova

Natal/RN, CEP 59.062-500

Escritório: Av. Rio Doce, nº 2900, Bairro Santarém,

Natal/RN, CEP 59.129-290

escritorioadvocacia.rn@gmail.com

(84) 3231-4612

99962-

1842



Scanned by CamScanner





CAERN - 08.334.385/0001-35

Nº Documento: 2019052750179

ESCritório

PAJUCARA

MATRÍCULA	CLIENTE	CPF/CNPJ	VENCIMENTO
00275017.9	ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO	876.497.994-68	25/05/2019

ENDEREÇO	ENDEREÇO DE ENTREGA	QUOTA DE ENTREGA	FAIXA
215.067.390.0456.000	AV. VOTUPORANGA, N. 850 - LAGE1 AZUL KATAL RN 59129-410	07.0607	05/2019

RESPONSÁVEL	ENDEREÇO PARA ENTREGA	ÁGUA LIGADO	ESGOTO POTENCIAL

ÚLTIMOS CONSUMOS				LEITURA		CONSUMO		CONSUMO/DIA
04/2019 -	30	03/2019 -	34	ANTERIOR	ATUAL	(M³)	DIAS	(M³)
02/2019 -	26	01/2019 -	30	98	831	33	34	0,98
12/2018 -	22	11/2018 -	34	17/04/2019	21/05/2019			
ECONOMIAS	CONS. POR ECONOMIA	COD. AUXILIAR						
1	33	R 53429						

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS	CONSUMO POR FAIXA	VALOR R\$
ÁGUA		
RESIDENCIAL 001 UNIDADE		
ATE 10 M3 - R\$ 39,99 (POR UNIDADE)	10 M3	39,99
11 M3 A 15 M3 - R\$ 4,46 POR M3	5 M3	22,30
16 M3 A 20 M3 - R\$ 5,27 POR M3	5 M3	26,35
21 M3 A 30 M3 - R\$ 5,94 POR M3	10 M3	59,40
31 M3 A 50 M3 - R\$ 6,88 POR M3	3 M3	20,52
MULTA P/IMPONTUALIDADE 04/2019		2,96

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
----------	-----------------	---------------	------------------

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ALYSON COLT LEITE SILVA - 21/02/2020 18:04:56

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022118045652800000051735319>

Número do documento: 20022118045652800000051735319

Num. 53672889 - Pág. 2



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS - NATAL - RN

BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 056332/2019-A01

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 01/11/2019 18:32 Data/Hora Fim: 01/11/2019 18:35
Delegado de Polícia: Alzira Veiga de Medeiros

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos

Data/Hora do Fato: 25/10/2019 00:39

Local do Fato

Município: Natal (RN)

Logradouro: Avenida Presidente Café Filho

Bairro: Praia do Meio

Nº: sn

Ponto de Referência: Próximo ao antigo prédio do Hotel Reis Magos

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: AUTO LESÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Endereço

Município: Natal - RN

Nome Civil: ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: CE - Irauçuba

Sexo: Masculino

Nasc: 06/12/1973

Profissão: Garçom

Escolaridade: Ensino Médio Incompleto

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: Maria José Lopes Pinto

Nome do Pai: Antonio Pinto Matias

Em Serviço: Sim

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 876.497.994-68

Endereço

Município: Natal - RN

Logradouro: Avenida Voluporanga

Nº: 850

Bairro: Potengi

CEP: 59.129-430

Telefone: (84) 98785-5458 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo	Veículo	Subgrupo	Motocicleta/Motoneta
Descrição	MARCA HONDA/MODELO 150 BROS	CPF/CNPJ do Proprietário	876.497.994-68
Placa	NNJ2199	Renavam	00990876624
Número do Motor	KD03E18033084	Número do Chassi	9C2KD03108R033084
Ano/Modelo Fabricação	2008/2008	Cor	AMARELA
UF Veículo	Rio Grande do Norte	Município Veículo	Natal

Delegado de Polícia Civil: Alzira Veiga de Medeiros
Impresso por: Luiz Antonio Pereira Dos Santos
Data de Impressão: 01/11/2019 18:36
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ALYSON COLT LEITE SILVA - 21/02/2020 18:04:57

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022118045689100000051735320>

Número do documento: 20022118045689100000051735320

Num. 53672890 - Pág. 1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS - NATAL - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 056332/2019-A01

Marca/Modelo	HONDA/NXR150 BROS ESD	Modelo	HONDA/NXR150 BROS ESD
Veículo Adulterado?	Não	Quantidade	1 Unidade
Situação	Envolvido, Meio Empregado	Última Atualização Denatran	31/07/2019
Situação do Veículo	NADA CONSTA		
Nome Envolvido	Antonio Benedito Lopes Pinto	Envolvimentos	Proprietário
Grupo	Veículo	Subgrupo	Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão
Descrição	CAMINHÃO	CPF/CNPJ do Proprietário	02.536.066/0012-89
Placa	AYL5B62	Renavam	01011884990
Número do Motor	924989U1111377	Número do Chassi	9BM958070EB962276
Ano/Modelo Fabricação	2014/2014	Número da Carroceria	RJ1SM11615.E10295
Cor	BRANCA	UF Veículo	Paraná
Município Veículo	Curitiba	Marca/Modelo	M.BENZ/ATEGO 1719
Modelo	M.BENZ/ATEGO 1719	Veículo Adulterado?	Não
Quantidade	1 Unidade	Situação	Envolvido
Última Atualização Denatran	23/05/2019	Situação do Veículo	ALIENACAO FIDUCIARIA
Nome Envolvido	Desconhecido 1	Envolvimentos	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

O COMUNICANTE/VÍTIMA COMPARECEU A ESTA DELEGACIA ESPECIALIZADA PARA FINS DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, PARA RELATAR; QUE TINHA SAÍDO DO LOCAL DE TRABALHO NO RESTAURANTE TIBÉRIO LOCALIZADO NO BAIRRO DE PONTA NEGRA, CONDUZINDO SUA MOTOCICLETA COM DESTINO PARA SUA RESIDÊNCIA NA ZONA NORTE DE NATAL; QUE TRAFEGAVA NA FAIXA DO MEIO, QUANDO O VEÍCULO QUE RECOLHE LIXO ESTAVA PARADO, AGUARDANDO QUE OS GARIS COLOCASSE LIXO NA CAÇAMBA; QUE UM DOS GARIS CARREGAVA UM TAMBOR DE LIXO, E QUE AO COLOCAR NA CAÇAMBA DE LIXO, MOMENTO EM QUE CAIU UM COCO VERDE NO ASFALTO; QUE A VÍTIMA NÃO TEVE COMO EVITAR UMA BATIDA COM O COCO VERDE, OCASIÃO EM A MOTOCICLETA DERRAPOU, PERDENDO O CONTROLE, EM SEGUIDA, CAÍDO AO SOLO; QUE DEVIDO AO IMPACTO DA QUEDA, A VÍTIMA SOFREU FRATURA INTERNA DA CLAVÍCULA ESQUERDA, E UMA FORTE PANCADA NO QUADRIL ESQUERDO; QUE FOI ATENDIDO PELO SERVIÇO SAMU 192 NATAL, SOB O Nº DE OCORRÊNCIA 288994/1; QUE EM SEGUIDA, FOI TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL WALFREDO GURGEL, CONFORME BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 55410/2019, ONDE RECEBEU OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE URGÊNCIA. NADA MAIS DISSE.

ASSINATURAS

Luiz Antonio Pereira Dos Santos

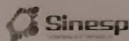
Agente de Polícia
Matrícula 75.428-5

Responsável pelo Atendimento

Antonio Benedito Lopes Pinto

(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Alzira Veiga de Medeiros
Impresso por: Luiz Antonio Pereira Dos Santos
Data de Impressão: 01/11/2019 18:36
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

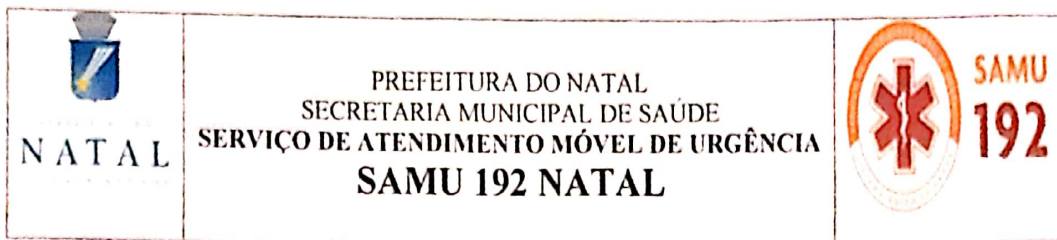
Scanned by CamScanner

Assinado eletronicamente por: ALYSON COLT LEITE SILVA - 21/02/2020 18:04:57

<https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022118045689100000051735320>

Número do documento: 20022118045689100000051735320

Num. 53672890 - Pág. 2



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO**, foi atendido por este serviço SAMU 192 Natal, no dia 25/10/2019, aproximadamente às 00:39min, na Avenida Presidente Café Filho, Praia do Meio, nesta Cidade. Sob nº de ocorrência **288994/1**, onde foram feitos os procedimentos de praxe pela equipe de plantão.

Natal, 31 de outubro de 2019.


José Claudio Augusto de Macedo
CPF 018738174-22
Enfermeiro
475

CLAUDIO AUGUSTO CAMARA DE MACEDO

Coord. Geral do Serviço de Transporte Sanitário Municipal e SAMU 192 Natal
Matrícula 72.468-1

Scanned by CamScanner



FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: 285994/1

Data: 25/10/2019

CHAMADO

TARM: LUCIANA NUNES FERNANDES

Rádio Operador: CLAUDIO ADRIANO RODRIGUES ZACARIAS

Equipe Enfermagem Cena:

Médico Regulação: ANDRÉ SIQUEIRA ABRANTES

Médico Cena: ANDRÉ SIQUEIRA ABRANTES

Usuário Pós-Cena:

VTR: USB 09 (BASE DESCENTRALIZADA SÃO JOÃO)

Equipe VTR: MARIO LUIZ DE SOUSA - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
ROBERTO CARLOS FELIPE - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

REGULAÇÃO MÉDICA

TROTE

INFORMAÇÃO

ENGANO

TRANSE, INTERNAÇÃO

Cidade: NATAL

Nome do Solicitante: ANTONIO

Telefone: (84) 98186-0947

Nome do Paciente:

ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO

Idade: *

46 ANO(S)

Sexo: *

MASCULINO

Endereço não informado

Coordenadas Informadas

Latitude: -5.7740952 Longitude: -35.1946788

Endereço: AVENIDA PRESIDENTE CAFÉ FILHO

Nº: VP

Bairro: PRAIA DO MEIO

Outro Bairro:

Referência/Complemento: EM FRENTE AO ANTIGO HOTEL REIS MAGOS

Unidade de Destino Transferência: HOSPITAL WALFREDO GURGEL

Queixa Primária: QUEDA DE MOTO

Quem Solicitou: Transeunte

Distância do paciente: Com o Paciente

Local: Via Pública

Histórico Regulação Médica:

25/10/2019 00:41:08 - Dr(a). ANDRÉ SIQUEIRA ABRANTES

APH: TRAUMA / HD: QUEDA DE MOTO

REGULAÇÃO: QUEDA DE MOTO. CONSCIENTE ORIENTADO. TEM DOR NO BRAÇO ESQUERDO.

AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USB

PRIORIDADE: 1

CÓDIGO DE DESLOCAMENTO: 01:15:44

POSSUI CONVÊNIO MÉDICO: NÃO INFORMADO

Apoio:

HORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:
25/10/2019
00:39:50Saída Local:
25/10/2019
01:15:43Regulação Médica:
25/10/2019
00:41:08Chegada Destino:
25/10/2019
01:15:44Solicitação VTR:
25/10/2019
00:42:00Liberação Destino:
25/10/2019
01:42:37Saída VTR:
25/10/2019
00:43:07Liberação VTR:
25/10/2019
01:42:38Chegada Local:
25/10/2019
01:15:41

Scanned by CamScanner

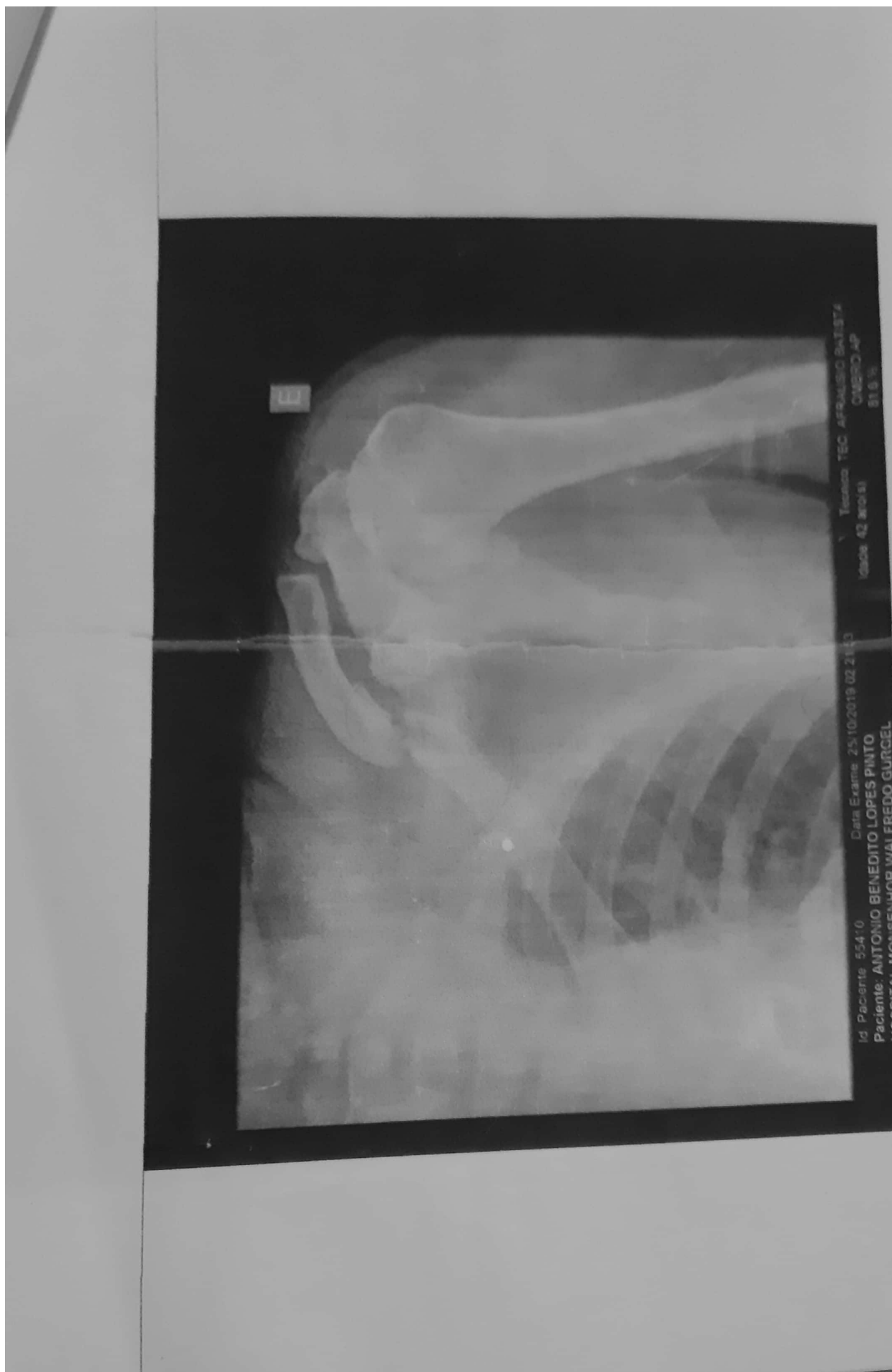


Assinado eletronicamente por: ALYSON COLT LEITE SILVA - 21/02/2020 18:04:58

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022118045775100000051735321>

Número do documento: 20022118045775100000051735321

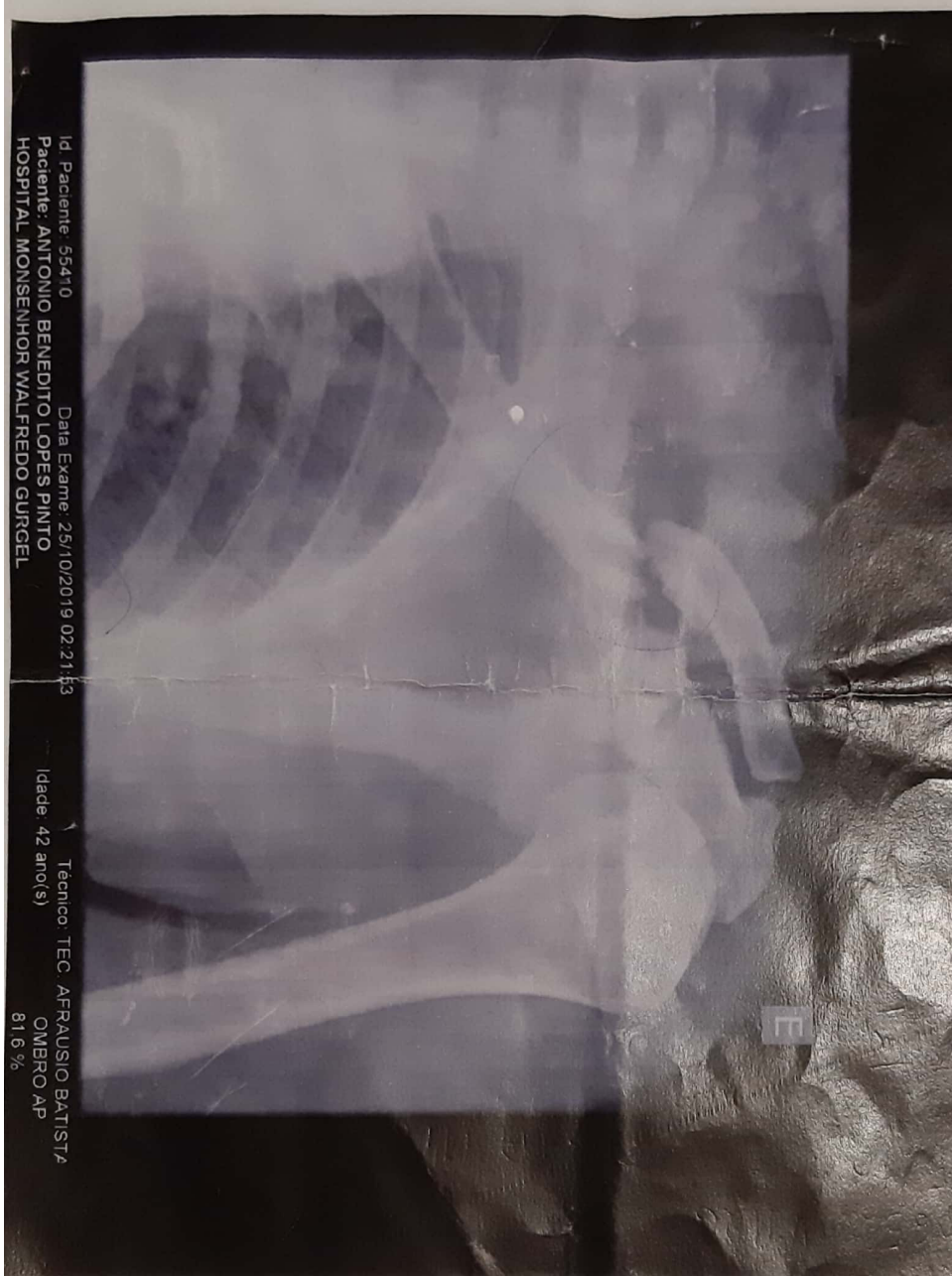
Num. 53672891 - Pág. 2



Id. Paciente: 55410 Data Exame: 25/10/2019 02:21:43 Técnico: TEC. AFRASIO BATISTA
Paciente: ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO Idade: 42 anos CNEBIO AP 815 %
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURCEL

Scanned by CamScanner





Id. Paciente: 55410

Data Exame: 25/10/2019 02:21:53

Idade: 42 ano(s)

Técnico: TEC. AFRAUSIO BATISTA
OMERO AP
81.6 %

Paciente: ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ALYSON COLT LEITE SILVA - 21/02/2020 18:04:58
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022118045825500000051735322>
Número do documento: 20022118045825500000051735322

Num. 53672892 - Pág. 2



Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ALYSON COLT LEITE SILVA - 21/02/2020 18:04:58
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022118045825500000051735322>
Número do documento: 20022118045825500000051735322

Num. 53672892 - Pág. 4

LAUDO MÉDICO PARA INTERNAÇÃO CIRÚRGICA

Estabelecimento Solicitante	CNES
Estabelecimento Executante	CNES

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Mãe - 1

NOME DO PACIENTE Antonio B Lopes Pinho			
Cartão SUS 702406522241126	Data de Nascimento 5, 12, 73	Sexo <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/> M	Idade: 46
RG 001 505180	CPF 876.497 994-68	Telefone(s) 98785 5458	
Responsável Onusma		Tel. 98715 4509	
Endereço Av. Voluposa 850			
Bairro Potengi	Município Nat	UF RN	

LAUDO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Dor c/ contusões (C)		
CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Contusões		
RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS AX + RX. FÍSICO		
DIAGNÓSTICO INICIAL Frm. Contusões (C)	CID PRINCIPAL S420	CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

DESCRIÇÃO TAT - Contusões Fmt. Contusões	CÓD
CLÍNICA/LEITO	CARÁTER DA INTERNAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> ELETIVO <input type="checkbox"/> URGÊNCIA
MÉDICO SOLICITANTE	CRM
ASSINATURA E CARIMBO MÉDICO	DATA 30/10/19

*Dr. Ana Carolina Marques
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 161707*

PREENCHER EM CASO DE CAUSA DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

<input type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO	<input type="checkbox"/> ACID. TRABALHO	<input type="checkbox"/> VIOLÊNCIA	<input type="checkbox"/> OUTROS
ESPECIFICAR:			
SOLICITAÇÃO DE OPME- Órteses, Próteses e Materiais Especiais.			
SOLICITAÇÃO			
JUSTIFICATIVA			
AUTORIZAÇÃO		AIH Nº	
NOME DO AUDITOR RESPONSÁVEL		CNS/CRM	
ASSINATURA E CARIMBO		DATA	

Scanned by CamScanner





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública

Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel

Pronto Socorro Clóvis Sarinho

ATESTADO
MÉDICO

ATESTADO

Atestado para os devidos fins, que o(a) segurado(a)

Benedicto Lopes Pinto

foi examinado(a) nesta Unidade de Saúde às _____ horas, e necessita

afastar-se de suas atividades profissionais / estudantis, durante um período

de 30 (trinta) dia(s), por motivo de doença

a partir desta data.

Autorização do paciente para
divulgação do CID.

CID. 10 nº

S42.0

Local e data

Natal, 25/10/19

Assinatura e carimbo do profissional

Monsenhor F. Marques
CRM/RN 4612

missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de
sas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos
valores éticos e humanitários.

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ALYSON COLT LEITE SILVA - 21/02/2020 18:04:59

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022118045897500000051735323>

Número do documento: 20022118045897500000051735323

Num. 53672893 - Pág. 2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO

DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
1505180 SSP RN

CPF 876.437.994-68 DATA NASCIMENTO 06/12/1973

FILIAÇÃO
ANTONIO PINTO MATIAS
MARIA JOSE LOPES PINTO

PERMISSÃO ACC CAT HAB
13

Nº REGISTRO 00891399401 VALIDADE 14/01/2023 1ª HABILITAÇÃO 11/08/1992

OBSERVAÇÕES

Antônio Benedito Lopes Pinto

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL NATAL, RN DATA EMISSÃO 16/03/2018

Luiz Eduardo Machado Pereira 169870201048
Diretor Geral - Detran/RN
ASSINATURA DO EMISSOR RN 92169-01

RIO GRANDE DO NORTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1486997060

PROIBIDO PLASTIFICAR 1486997060

Scanned by CamScanner





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190632055

Vítima: ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO

Data do Acidente: 25/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Scanned by CamScanner





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190632055

Vítima: ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO

Data do Acidente: 25/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), ANTONIO BENEDITO LOPES PINTO

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: ALYSON COLT LEITE SILVA - 21/02/2020 18:05:00

<https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022118045983800000051735325>

Número do documento: 20022118045983800000051735325

Num. 53672895 - Pág. 2